



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Eixo temático: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

MEMÓRIA SOCIAL E PERSPECTIVAS: A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL DO CRESS-MG E OS CAMINHOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA INSERÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MINAS GERAIS.

Janaina Andrade dos Santos¹

Cristiano Costa de Carvalho²

Marisaura dos Santos Cardoso³

Josiani Juliao Alves de Oliveira⁴

Resumo: O artigo analisa a trajetória da Comissão de Educação e Serviço Social do CRESS-MG, destacando sua criação em 2011 e os desafios para consolidar a inserção de assistentes sociais na educação básica mineira. Aborda avanços como a produção de diretrizes técnicas e a luta por regulamentação, além de obstáculos como a falta de concursos públicos e reconhecimento institucional. **Palavras-chave:** Serviço Social na Educação; CRESS-MG; Políticas Públicas; Educação Básica; Memória Profissional.

Abstract: The article examines the trajectory of the Education and Social Work Commission of CRESS-MG, highlighting its establishment in 2011 and the challenges to consolidate the role of social workers in Minas Gerais' basic education. It covers advancements such as technical guidelines and regulatory efforts, alongside obstacles like the absence of public exams and institutional recognition. **Keywords:** Social Work in Education; CRESS-MG; Public Policies; Basic Education; Professional Memory.

INTRODUÇÃO

A educação básica, enquanto espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, demanda discussões sobre políticas públicas, direitos sociais e o enfrentamento das desigualdades educacionais. Em Minas Gerais, a criação da comissão em 2011 representou um marco nessa trajetória, mas sua consolidação ainda enfrenta desafios estruturais e políticos. Recuperar essa história é fundamental para orientar novas ações e fortalecer a presença qualificada desses profissionais na educação básica.

¹ jannaandradesantos2@gmail.com. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Memória Social (ppgms/unirio).

² cristiano.c.carvalho@unesp.br. Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp.

³ marisaura20@gmail.com. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

⁴ josianiju@gmail.com. Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Este artigo busca recuperar a memória social da criação da Comissão de Educação e Serviço Social no Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG), contextualizando suas motivações, desafios e contribuições iniciais para a inserção de assistentes sociais na educação básica. Além disso, visa analisar criticamente os avanços e obstáculos enfrentados nesse processo, propondo estratégias para fortalecer e consolidar essa atuação no estado.

Partimos da hipótese de que, desde a sua criação, a comissão obteve avanços significativos na articulação política, na visibilização da profissão no campo educacional e na produção de diretrizes e referências técnicas e políticas para a atuação de assistentes sociais na educação básica mineira. No entanto, a consolidação dessa inserção ainda esbarra em desafios estruturais, como a ausência de concursos públicos específicos, a necessidade de apropriação e aprofundamento sobre políticas educacionais, bem como as especificidades sobre as expressões da questão social no ambiente escolar (evasão, violências, opressões e desigualdades) para um enfrentamento crítico e estratégico.

A sistematização dessa memória pode fortalecer estratégias para superar essas barreiras, destacando-se a luta por regulamentação, a formação continuada e a construção de legitimidade profissional nesse espaço. O objetivo geral é recuperar a memória social da criação da Comissão de Educação e Serviço Social no CRESS-MG e identificar caminhos para consolidar a inserção de assistentes sociais na educação básica mineira.

Como problema de pesquisa, destacamos como os êxitos alcançados pela Comissão de Educação e Serviço Social do CRESS-MG podem subsidiar estratégias para superar os desafios atuais da inserção profissional na educação básica mineira, em especial a falta de concursos públicos, a necessidade de especialização temática e o reconhecimento pelos pares e pela comunidade escolar?

Este artigo origina-se de duas pesquisas de mestrado em desenvolvimento, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca e ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da UNIRIO, que dialogam entre si na investigação sobre a trajetória da Comissão de Educação e Serviço Social do CRESS-MG (2011–2017). O recorte temporal abrange desde a criação da comissão, em 2011, até 2017, período em que os(as) autores(as) deste artigo integraram a direção do CRESS-MG, coordenando as ações da referida comissão.

A pesquisa estrutura-se em **três etapas articuladas dialeticamente**, combinando abordagens qualitativas e análise crítica. A primeira etapa consiste na **pesquisa**



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

documental, por meio da análise de *fontes primárias*, especialmente de atas, relatórios, registros institucionais do CRESS-MG (disponíveis em seu site e arquivos físicos) e materiais produzidos pela comissão entre 2011 e 2017. Mapeamento de documentos públicos (resoluções, ofícios, publicações do conjunto Cfess/Cress e Abepss) que contextualizam os principais debates no âmbito profissional e formativo no período.

A **segunda etapa** consiste na realização de *entrevistas semiestruturadas* (etapa em andamento) com integrantes da comissão no período de 2011–2017; sendo estes, assistentes sociais atuantes na educação básica mineira, representantes do CRESS-MG e CFESS que participaram do processo, com o objetivo de capturar percepções subjetivas, contradições e memórias não registradas em documentos.

A **terceira etapa** consiste na realização de uma *revisão bibliográfica* e sistematização crítica abrangendo a discussão teórica sobre o *Serviço Social na educação* (Martins, 2007; Almeida, 2000, 2007 e CFESS, 1993, 2000, 2001, 2011, 2013); *memória institucional* (Halbwachs, 2006, a-b; Pollak, 1989) e políticas educacionais.

Acreditamos que o diálogo entre fontes, por meio da combinação de documentos oficiais, depoimentos e teoria, permite reconstruir a memória da comissão de forma triangulada, evitando visões unidimensionais.

DESENVOLVIMENTO

Como marca histórica, considerando o período demarcado neste estudo, é notório que uma das principais preocupações sobre a inserção do Serviço Social na educação foi desenvolver uma compreensão sobre “uma concepção de educação coerente com o projeto ético-político profissional” (CFESS, 2011, p. 3).

De forma breve, na história, o Serviço Social possui registros que levaram a área a ser compreendida como “Serviço Social escolar”, desenvolvendo ações atreladas à assistência escolar, à educação para higiene escolar, à adaptação e à adequação dos alunos às regras da escola” (Férriz e Barbosa, 2019, p. 37).

Férriz e Barbosa (2019) caracterizam historicamente o contexto do conservadorismo no serviço social escolar. As autoras destacam que, nas primeiras décadas de atuação do Serviço Social na educação (décadas de 1930–1960), a profissão estava alinhada a perspectivas teórico-metodológicas conservadoras, especialmente fundamentada no *positivismo* e na *fenomenologia*, que reforçaram a adaptação dos indivíduos às estruturas



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

sociais vigentes. “As respostas profissionais foram fundamentadas por um arsenal teórico-metodológico baseado ora na teoria funcional-positivista, ora na fenomenologia” (p. 38).

O viés tinha como foco o controle social de indivíduos e a adequação ao *status quo* na conjuntura da Guerra Fria e do conservadorismo aguçado. O Serviço Social escolar, alinhado a este contexto, atuava como instrumento de controle e adequação dos alunos e famílias às normas institucionais, ignorando contradições estruturais. “Ao fazer esta articulação entre a escola e o lar, o Serviço Social tinha a oportunidade de apreender as deficiências das crianças e da sua família, deficiências de caráter, personalidade e moral, as quais se apresentavam como problemáticas no espaço escolar”, conforme Pinheiro (1985) *apud* Férriz e Barbosa (2019, p. 35).

As intervenções eram centradas na “correção” de comportamentos, sem questionar desigualdades sociais. “A escola tinha a condição de modificá-las [as deficiências] para facilitar o tratamento educativo de ajustamento social” (Barbosa, 2015, *apud* Férriz e Barbosa, 2019, p. 35).

Sob uma abordagem individualizante, a adoção teórica e metodológica da fenomenologia reduzia as expressões da questão social presentes nas escolas a problemas subjetivos, desvinculando-os de determinantes econômicos e políticos. Essas influências estiveram pretensamente vinculadas ao que José Paulo Netto (2010) veio a denominar de “perspectiva modernizadora e de reatualização do conservadorismo”. O que associa a imagem da profissão a correntes teóricas que perpetuavam a despolitização da prática profissional.

A partir dos anos 1970, o Serviço Social brasileiro passou por um processo de renovação crítica, influenciado pela teoria marxista e pela teologia da libertação, que questionou as bases conservadoras do funcionalismo-positivismo-fenomenologia no trabalho profissional, por meio da *intenção de ruptura*⁵ com o conservadorismo tradicional. O Serviço Social avança ao se aproximar da teoria crítica marxista, e com este movimento, a profissão procura desenvolver uma leitura sociopolítica crítica que transcende o conservadorismo histórico que limitou a prática profissional a funções paliativas e resgata a luta por uma atuação crítica na educação.

Férriz e Barbosa (2019) demonstram que o viés conservador do Serviço Social na educação, expresso no positivismo e na fenomenologia, historicamente, priorizou a

⁵ Uma leitura profunda sobre este contexto está presente em Paulo Netto (2010).



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: A gente sobe a ladeira por liberdade

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

adaptação dos sujeitos em detrimento da transformação social. A superação desse legado só foi possível com a incorporação da teoria crítica marxista, que redirecionou a profissão para uma prática emancipatória.

O debate sobre a inserção do Serviço Social na educação básica, embora nunca tenha deixado de existir, ganhou nova dimensão e significado nos anos 2000, tornando-se pauta estratégica no âmbito do conjunto CFESS/CRESS. Este ressurgimento do debate foi marcado pela necessidade de compreender as especificidades do trabalho profissional nesta política pública, bem como de fortalecer as lutas por uma educação verdadeiramente emancipadora (CFESS, 2011). O momento era de superação de incertezas, especialmente no que diz respeito às formas de inserção profissional e à socialização do conhecimento acumulado pela categoria.

Um marco importante neste processo foi o 30º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado em 2001 em Belo Horizonte. Neste espaço deliberativo que reuniu profissionais de todo o país, foram aprovadas resoluções fundamentais: a elaboração de um documento orientador sobre Serviço Social e Educação, e a convocação dos profissionais atuantes na área para ampliar o debate nos regionais. Estas decisões refletiam as demandas crescentes da categoria por diretrizes mais claras sobre sua atuação no campo educacional (CFESS, 2011).

O período entre 2008 e 2011 representou um salto qualitativo neste processo. A presença da assistente social e professora Kênia Augusta Figueiredo no CFESS, representando Minas Gerais, foi crucial para impulsionar os debates. Sua atuação levou à criação de um Grupo de Trabalho específico sobre Educação, que contou com a assessoria do professor Ney Luiz Teixeira de Almeida (FSS/UERJ). Juntos, realizaram um amplo levantamento nacional em 2010, que revelou dados preocupantes sobre as especificidades em Minas Gerais. Apenas duas profissionais que atuavam diretamente em escolas participaram da pesquisa: uma, em rede filantrópica, e outra, em escola pública especializada, ambas em Belo Horizonte.

Fruto de um intenso trabalho coletivo conduzido pelo CFESS, foi publicado, em junho de 2011, o documento “Subsídios para o debate sobre serviço social na educação”, que se tornou referência nacional para o debate profissional na área. Em Minas Gerais, esse marco coincidiu com um período de significativa organização da categoria.

Na gestão do CRESS-MG (2011–2014), “Seguindo na Luta”, foi criado inicialmente um Grupo de Trabalho (GT) que posteriormente se transformaria na Comissão de Educação



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: A gente sobe a ladeira por liberdade

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

e Serviço Social do CRESS-MG. Importante destacar que Minas Gerais foi o primeiro estado a criar uma comissão específica para tratar desta temática no Brasil, sob a coordenação de Janaina Andrade dos Santos nas gestões 2011–2014 e 2014–2017.

A comissão enfrentou o duplo desafio de promover um amplo debate democrático e participativo sobre o documento elaborado pelo GT do CFESS, coletando informações e contribuições dos assistentes sociais mineiros para subsidiar a versão final, que seria publicada em 2013 (CFESS, 2013), para em seguida, estruturar um plano de trabalho consistente para orientar as ações da recém-criada comissão, considerando as particularidades do estado.

Esta mobilização pioneira em Minas Gerais não apenas respondeu às diretrizes nacionais, mas também criou as bases para uma atuação mais orgânica e qualificada dos assistentes sociais na política educacional mineira. A comissão estabeleceu-se como espaço privilegiado para discussão, formação e articulação política, consolidando-se como referência para outros estados na construção da inserção profissional na educação.

Os professores Ney Luiz Teixeira de Almeida (UERJ) e Eliana Bolorino Canteiro Martins (UNESP) emergiram como pilares intelectuais e políticos neste processo de construção coletiva. Sua generosidade acadêmica e engajamento militante transformaram-nos em parceiros estratégicos, cujas contribuições ultrapassaram o âmbito teórico para se materializarem em ações concretas. Suas participações nos eventos promovidos pelo CRESS-MG sempre representavam momentos de renovação do debate, trazendo perspectivas inovadoras que oxigenam a luta e fortalecem a determinação política desta profissão.

Esse processo de construção coletiva foi ganhando corpo e amplitude de forma progressiva. Ficou evidente o engajamento crescente de profissionais qualificados por meio da Comissão de Educação e dos Núcleos de Assistentes Sociais (NAS), formando uma rede cada vez mais robusta de atuação e militância. Paralelamente, conquistas importantes em vários municípios mineiros começaram a aparecer. Legislações que garantiram a inserção de assistentes sociais e psicólogos na educação básica foram avanços históricos na consolidação destes profissionais no sistema educacional.

Cada vitória neste processo, seja a aprovação de uma nova lei municipal, a realização de um debate qualificado ou a abertura de novos espaços de atuação, representava um passo significativo na construção de uma educação pública mais inclusiva e de qualidade. O trabalho da comissão, por meio do CRESS-MG, concentrava-se



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: A gente sobe a ladeira por liberdade

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

especialmente no combate às desigualdades educacionais, com foco estratégico na garantia de acesso e permanência de crianças, adolescentes e jovens no sistema de ensino. Esta atuação se mostrava cada vez mais necessária para enfrentar as múltiplas expressões da questão social que se manifestam cotidianamente no ambiente escolar, exigindo intervenções profissionais qualificadas e comprometidas.

A construção democrática do plano de trabalho da comissão de educação e serviço social.

Um amplo e democrático processo de construção marcou a elaboração do plano de trabalho da Comissão de Educação e Serviço Social do CRESS-MG, cujo legado permanece sendo adotado e atualizado pelas gestões posteriores do Conselho. Este processo estratégico contou com a participação ativa de toda a estrutura organizativa do CRESS-MG em Minas Gerais.

Como etapa fundamental deste processo, foram realizados seminários regionais nas três seccionais do CRESS-MG, em Juiz de Fora, Uberlândia e Montes Claros, além da sede em Belo Horizonte. Estas seccionais cumprem um papel estratégico ao assegurar cobertura técnica, administrativa e política para a instituição em todo o território mineiro.

A construção coletiva contou ainda com a fundamental participação dos Núcleos de Assistentes Sociais (NAS), organizados pela Comissão de Apoio a Grupos Organizados (COMAGO). Esta estrutura organizativa permite que todos os assistentes sociais do estado mantenham uma vinculação orgânica e próxima com o CRESS-MG.

É importante destacar que todos estes atores, membros das seccionais, participantes dos NAS, integrantes da COMAGO e da própria Comissão de Educação, estiveram empenhados e comprometidos com a construção coletiva deste plano de trabalho. Esta ampla participação garantiu, não apenas, a representatividade das discussões, mas também, a capilaridade e efetividade das ações posteriormente implementadas em todo o território mineiro.

A metodologia participativa adotada reforçou o caráter democrático da construção, assegurando que o plano refletisse as reais necessidades e desafios enfrentados pelos assistentes sociais atuantes na política de educação em Minas Gerais. Esta abordagem colaborativa explica em grande parte a permanência e atualidade do plano de trabalho ao longo das diferentes gestões do CRESS-MG.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

O plano de trabalho da Comissão de Educação foi cuidadosamente estruturado em eixos fundamentais que refletem a perspectiva crítica do Serviço Social sobre a política educacional:

Quadro — Síntese do plano de trabalho da Comissão de Educação e Serviço Social (2011).

Eixo	Elementos do plano de trabalho	Operacional
Concepção de Educação para o Serviço Social	“Pode-se afirmar que o papel fundamental da Educação é o acesso ao conhecimento para que as pessoas tenham possibilidade de participar das políticas e lutar pela igualdade de direitos. No campo da Educação, o Serviço Social trabalha com as expressões da Questão Social, na luta pela igualdade e ampliação da defesa dos direitos sociais” [...], “a Constituição Federal do Brasil de 1988 promulgou o Estado Democrático de Direito, consagrou em seu artigo 6º a educação como um direito social, pautada na formação cidadã”.	Fundamentação teórica-política da atuação profissional; Defesa de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade; Articulação entre educação e direitos sociais.
Atribuições e Competências Profissionais	[...] “competências e atribuições do Serviço Social são amplamente dialogáveis com o espaço escolar”. “[...] o acesso do cidadão à educação e sua permanência constituem um grande desafio para a educação pública no país, seja no âmbito da educação básica ou em universidades, cursos técnicos, profissionalizantes e tecnológicos, assim como também em escolas da rede privada de ensino. [...] O trabalho do assistente social na área da educação é, em primeira instância, garantir o direito já preconizado nos marcos legais, identificando e intervindo nas expressões das questões sociais que fazem parte desse campo de atuação [...]”.	Delimitação do campo de atuação específico; Identificação das competências técnicas necessárias; Estabelecimento de parâmetros ético-políticos; Capacitação permanente dos profissionais; Articulação com instituições de ensino; Realização de eventos formativos;
Demandas Institucionais e Socioprofissionais	Situações vivenciadas pelos estudantes no âmbito socioeducacional e sociofamiliar, onde podem ser destacados aspectos relacionados ao fracasso escolar, indisciplina, atitudes e comportamentos agressivos e violentos, evasão escolar, pluralidade e respeito à diversidade, a relação escola-comunidade, crianças e adolescentes vítimas de violência, a questão dos atos infracionais, a questão étnico-racial na escola, diversidade de orientação sexual [...].	Mapeamento das necessidades das unidades escolares; Identificação dos desafios da prática profissional; Análise das condições de trabalho.
Organização	O GT de Serviço Social na Educação tem	Sistematização de



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Técnica e Científica:	por objetivo articular os assistentes sociais, que estão localizados nos mais diversos processos de trabalho da área da educação (escolas públicas/privadas, no âmbito da gestão, coordenação e projetos especiais), com a finalidade de socializar experiências, sistematizar conhecimentos e criar subsídios para o debate e formação contínua em torno das demandas que se colocam à profissão, além de promover fóruns, estudos, seminários, propor pareceres, pesquisas, e ações políticas que culminem com a efetiva inserção do assistente social na educação pública no Estado e municípios de Minas Gerais.	conhecimentos e práticas; Produção de material técnico-orientativo; Fomento à pesquisa na área; Incidência nas políticas públicas educacionais; Participação em fóruns e conselhos; Acompanhamento de legislações pertinentes.
------------------------------	--	---

Fonte: Elaboração própria a partir de CRESS-MG (2011).

O plano construído em 2011 buscou superar visões fragmentadas, propondo uma abordagem integrada que considera tanto as dimensões pedagógicas quanto as sociais da educação, sempre alinhado ao projeto ético-político profissional do Serviço Social.

A constituição da Comissão de Educação do CRESS-MG emergiu num contexto singular, articulando debates nacionais sobre o Serviço Social na educação com as urgentes demandas locais do sistema educacional mineiro. É fundamental destacar que, no período de sua criação, inexistia uma regulamentação federal específica para a inserção de assistentes sociais na educação básica, lacuna que demandava uma ação propositiva e instituinte do coletivo profissional.

Neste cenário, o movimento instituinte em Minas Gerais encontrou um importante aliado na Lei Estadual nº 16.683, promulgada em 10 de janeiro de 2007, de autoria do deputado André Quintão. Esta legislação pioneira no Brasil estabeleceu a implementação de ações de Psicologia e Serviço Social na rede estadual de ensino, com o objetivo de promover acompanhamento social qualificado nas escolas públicas. Contudo, a ausência de dotação orçamentária específica criou um paradoxo, uma conquista legal sem efetivação prática imediata.

A realidade só começou a se transformar significativamente em 2022, quando a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) implementou a Lei Federal nº 13.935/2019 através de um processo seletivo simplificado. Esta ação resultou na contratação de 460 profissionais, sendo 230 psicólogos e 230 assistentes sociais, para atuar como Analistas de Educação Básica (AEBs). Tal medida representou um marco histórico ao



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

materializar, quinze anos após a lei estadual sobre o direito ao suporte psicossocial nas escolas da rede estadual.

Esta trajetória revela importantes lições: (1). A importância da persistência política da categoria profissional; (2). O papel catalisador das legislações estaduais antecedentes; (3). A necessidade de articulação entre conquistas legais e garantia orçamentária é (4). O valor estratégico da regulamentação federal como indutora de políticas estaduais.

A Comissão de Educação do CRESS-MG soube navegar neste complexo cenário, mantendo-se como ator fundamental na defesa intransigente da qualidade da educação pública mineira, mesmo face às adversidades impostas pela descontinuidade de políticas e restrições orçamentárias. Sua atuação demonstra como a combinação entre mobilização profissional qualificada e incidência política estratégica pode, progressivamente, transformar direitos formais em realidade concreta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica da Comissão de Educação do CRESS-MG revela-se como um rico campo de análise sobre os desafios e possibilidades da inserção do Serviço Social na política educacional. O resgate desta memória coletiva demonstra que, mesmo em contextos de fragilidade institucional e ausência de regulamentação federal específica, a mobilização organizada da categoria profissional foi capaz de produzir avanços significativos. A construção do plano de trabalho da Comissão, que permanece como referência após mais de uma década, atesta a solidez teórico-metodológica e o compromisso político que orientaram este processo.

Os êxitos alcançados, particularmente a consolidação do debate sobre Serviço Social na educação mineira e a produção de subsídios técnicos que continuam orientando a prática profissional, contrastam com desafios estruturais que persistem. A análise evidencia que a ausência de concursos públicos em âmbito estadual e na maioria dos municípios, a carência de formação específica sobre políticas educacionais e as dificuldades de reconhecimento institucional por parte de outros atores do sistema educacional configuram obstáculos concretos à plena consolidação profissional neste campo.

O estudo aponta para a necessidade de estratégias articuladas em três eixos principais: 1) incidência política para garantia de vagas e condições de trabalho dignas; 2) produção de conhecimento especializado sobre as interfaces entre Serviço Social e educação; e 3) ações de sensibilização junto à comunidade escolar sobre as contribuições



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

específicas da profissão. A recente implementação da Lei Federal nº 13.935/2019 em Minas Gerais, com a contratação de assistentes sociais para atuação na rede estadual, representa um avanço concreto que deve ser acompanhado de perto, visando sua consolidação e ampliação.

Esta pesquisa, ao resgatar criticamente a memória da Comissão de Educação do CRESS-MG, cumpre duplo papel: preserva um importante capítulo da história do Serviço Social mineiro e oferece subsídios para as lutas atuais. Os achados reforçam a importância da organização coletiva e da persistência política como ferramentas fundamentais para a transformação das políticas públicas. O legado analisado aponta caminhos para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, na qual o Serviço Social contribua efetivamente para o enfrentamento das desigualdades e para a garantia do direito à educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. de. O Serviço Social na Educação. **Revista Inscrita**, n. 6. Conselho Federal de Serviço Social, CFESS, p. 19–24, 2000.

ALMEIDA, N. L. T. de. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas socioocupacionais**. 2007. Disponível em https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf. Acesso em: 14. Mai. 2025.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 27 mai. 2025.

CFESS. **Parecer Jurídico nº 23 de 22 de outubro de 2000** (Anexo). In: Serviço Social na Educação. Brasília, 2001. Disponível em: [<https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\)>](https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001)>). Acesso em: 20. jun. 2025.

CFESS. **Serviço Social na Educação** (cartilha). Brasília, 2001. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: 17 jun. 2025.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOSAS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

CFESS. **Subsídios para o debate em Serviço Social na Educação**. CFESS, Brasília, 2011.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

CRESS-MG. Plano de trabalho da Comissão de Educação e Serviço Social (2011). Disponível em: <<https://www.cress-mg.org.br/comissoes>>. acesso em: 01 ago. 2025.

FÉRRIZ, A. F. P.; BARBOSA, M. de Q. O trabalho do/a assistente social na educação no Nordeste. In: FÉRRIZ, A. F. P.; BARBOSA, M. de Q. **Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação**. Salvador, Edufba, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006a.

HALBWACHS, Maurice. **Os quadros sociais da memória**. São Paulo: Centauro, 2006b.

MARTINS, E. B. C. **Educação e serviço social**: elo para a construção da cidadania. 2007. 267 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/17821/1/Eliana%20Bolorino%20Canteiro%20Martins.pdf>. Acesso em: 14. mai 2025.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 200–212, 1989.